

<p align="center">• ATA DA 38ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP •</p>	
Data: 24 de maio de 2013 – Sexta-Feira.	Duração: das 11h às 18h58min.
<p>Informe Fórum Mercosul</p> <p>Informe Criança e Adolescente e Audiência sobre Agenda Propositiva da Criança 2013</p> <p>Pesquisa quali-quantitativa sobre os dispositivos de comunicação do CFP</p> <p>Posicionamento do CFP em relação ao parecer do CFM (Defende a liberação do aborto em gestações de até 12 semanas).</p> <p align="center">4.1. Carta solicitando audiência sobre instalação de CPI do aborto.</p> <p>Jornal do Federal.</p> <p>Informações financeiras do Conselho Federal de Psicologia.</p> <p>Regimento interno do CRP 07.</p> <p>Avaliação de testes psicológicos.</p> <p>Informe: Diversidade Sexual - Processo Transsexualizador APAF</p> <p>Laicidade de Estado Brasileiro</p> <p>Pesquisa Efeitos do Feminino no Brasil</p> <p>Informe: Avaliação das redes sociais e do site.</p>	<p>DIRETORIA:</p> <p>Humberto Cota Verona - Presidente</p> <p>Clara Goldman – Vice-presidenta</p> <p>Aluizio Brito - Tesoureiro</p> <p>CONSELHEIROS (AS):</p> <p>Sandra Maria Francisco de Amorim</p> <p>Márcia Mansur Saadallah</p> <p>Monalisa Nascimento dos Santos Barros</p> <p>Ana Paula Porto Noronha</p> <p>Ana Luiza de Souza Castro</p> <p>Flávia Cristina Silveira Lemos</p> <p>Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro</p> <p>Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo</p> <p>Henrique José Leal Ferreira Rodrigues</p> <p>Adriana Eiko</p> <p>Roseli Goffman</p> <p>Tânia Suely Azevedo Brasileiro</p> <p>Marilda Castelar</p> <p>AUSENTES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deise Maria do Nascimento • Celso Francisco Tondin • Maria Ermínia Ciliberti • Marilene Proença • Ângela Caniato

O presidente Humberto Verona deu início à 38ª reunião plenária cumprimentando todo o plenário e comentando sobre a extensão da pauta. Como a plenária está tendo início mais cedo, considerou possível discutir todos os pontos. Após discutir a prioridade da pauta, a ordem foi decidida,

começando pelos informes sobre o MERCOSUL. O presidente passou a palavra à conselheira Tânia Brasileira, mas antes de ela apresentar o ponto, a conselheira Flávia Lemos divulgou o 2º colóquio Internacional Michael Foucault: A judicialização da vida, o qual acontecerá entre os dias 03 e 05 julho de 2013 na UERJ. Informou que haverá mesas de debates e que as inscrições são gratuitas. Disse ainda que nos dias 27 e 28 de maio de 2013, haverá um Seminário em São Paulo, sobre juventude e saúde mental, organizado pela CEDECA. Indagou sobre a possibilidade de um conselheiro de São Paulo participar do referido evento.

Humberto Verona disse que esse seminário será divulgado no e-mail do CFP XV e por meio dele averiguar a possibilidade de participação. Falou em consultar as conselheiras de São Paulo Adriana Eiko e Maria Ermínia. O presidente comentou que o CFP não recebeu convite e nenhum material sobre esse seminário para divulgação, por isso a participação não é oficial.

INFORMES FÓRUM MERCOSUL.

A conselheira Tânia Brasileiro informou que no dia 22 de maio de 2013, houve a 32ª Reunião do Fórum Permanente do Mercosul, para o exercício das profissões, na OPAS (Organização Panamericana de Saúde). Relatou que o embaixador Rui Pereira, fez uma exposição bem atualizada sobre a conjuntura dos novos cenários do Mercosul, chamando atenção para o ingresso da Venezuela e para a expectativa de retorno do Paraguai, bem como abordou a questão da cartilha do Mercosul. A conselheira informou que neste momento, existe a tentativa de equiparar terminologias, procedimentos e nomes de profissões e que seis profissões já foram aprovadas. Disse que tal padronização para os países membros do Mercosul é feita pelo Ministério da Saúde e que o Brasil é o único país que tem conselhos profissionais que acompanham, fiscalizam e regulamentam a profissão. A conselheira manifestou preocupação com o conteúdo da cartilha, pois na sua leitura detectou restrições em relação ao papel dos conselhos, justamente no momento em que avança o movimento de livre circulação de profissionais de saúde no Mercosul e por isso, pediu um parecer jurídico do CFP. Pontuou ainda que a única referência aos conselhos na cartilha é que eles aparecem apenas como quem emite pareceres no campo da ética profissional. Outra preocupação é que na constituição do Mercosul, os conselhos não aparecem sendo representados diretamente por seus conselheiros e sim por membros daquele conselho e de representantes das profissões. Ainda em relação à cartilha, Tânia Brasileiro chamou atenção para as questões referentes à formação, as quais o Fórum assume outro indicativo que não é do âmbito do Conselho Federal, esvaziando assim o papel dos conselhos, como ocorre no Brasil. Relatou que o embaixador, em sua palestra, disse que o Sistema Conselhos adotado pelo Brasil é obsoleto, que não cabe mais em uma

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'Sof', 'OP', 'H', 'M', 'A', 'J', 'CFP'.

estrutura atual. Ressaltou ainda que o Mercosul avança para além de um acordo comercial, sendo hoje a questão econômica, o foco central, na qual trabalha a questão dos serviços e também verifica-se avanços na área social. A conselheira lembrou o indicativo ao plenário sobre a necessidade de discutir a Plataforma Arouca, alertando para tais questões, porém este plenário aprovou por unanimidade a matriz mínima e a cartilha. Falou também sobre o parecer elaborado pelo assessor jurídico do CFP. Disse que está marcado para o dia 26 de maio de 2013, um encontro entre CFP e o médico responsável pela consolidação da matriz mínima dentro da Plataforma Arouca.

O presidente Humberto Verona comentou que conforme já discutido por este plenário, o CFP é favorável à abertura do mercado e a livre circulação das profissões entre os países do Mercosul, desde que haja critério e respeito para com o exercício profissional e atenção ao usuário desses serviços. Entretanto, com a informação apresentada pela conselheira Tânia, a respeito da fala do embaixador Rui Pereira, sobre a estrutura dos conselhos do Brasil e com a ameaça de acabar com eles, considerou necessário conversar com os setores dos Ministérios da Saúde e do Trabalho, solicitar audiências e esclarecimentos sobre qual é o projeto do Governo Brasileiro para as profissões regulamentadas no país.

A conselheira Tânia informou que toda a discussão feita no Fórum é aprovada pela Câmara de Regulação das Profissões da Saúde no Mercosul, na qual o Odair Furtado é o representante do CFP, embora ele não tenha participado das reuniões. Ressaltou que na última plenária foi pedido que se convidasse o Odair a fim de explicar para o plenário o andamento dessa questão, pedir relatório sobre sua participação. Considerou urgente este encaminhamento e caso o Odair Furtado não possa mais participar das reuniões do Fórum é preciso substituí-lo.

A conselheira Heloiza Massanaro comentou que esse assunto é pauta permanente no FCFAS, embora nem sempre seja discutido. Disse que a preocupação é em relação a um relatório proposto pelo médico Rogério Cardoso, representando o Governo em uma reunião no Ministério da Saúde, onde o CFP esteve presente. O relatório propõe uma instância de mediação ou arbitragem sobre a ordenação de recursos humanos para o SUS. Segundo a conselheira, o médico assegura que já obteve aprovação do texto de alguns conselhos e espera que em algum momento, vire um projeto de lei. A conselheira disse que já solicitou ao assessor parlamentar do CFP que localize o texto e que a assessoria jurídica faça uma avaliação. Citou a EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que é uma Fundação que está sendo proposta para fazer o gerenciamento dos hospitais universitários e que o alerta é em relação à privatização da saúde e que a sugestão encaminhada pelo FCFAS é de que os conselhos estudem esse relatório e retornem para um debate.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including initials like 'HO', 'JER', 'MC', 'SP', 'SM', 'n', and '47'.

Tânia Brasileiro considerou interessante fazer uma análise jurídica de âmbito internacional inclusive, entender os meandros do Mercosul, as consequências e o impacto decorrentes dessa integração.

A conselheira Clara Goldman viu como necessário que o CFP tenha uma posição concreta de defesa da integração, respeitando a construção de cada profissão e seus dispositivos regulatórios, mas não de subalternização das profissões de saúde. Comentou que essa integração no Mercosul apresenta um objetivo específico que é de extinguir os conselhos profissionais porque eles estão se colocando como obstáculos concretos. A conselheira considerou necessário fazer uma discussão a respeito da lógica, estrutura e finalidade das autarquias profissionais na atual realidade brasileira e avaliar se o CFP quer defender a existência e a manutenção dos conselhos profissionais, bem como que tipo de modelo de conselho quer defender. Falou da necessidade de se fazer uma análise crítica da corporação a qual pertence este plenário e de sua função social. Sugeriu também levar essa discussão para outros Fóruns a fim de que não fique apenas no campo da saúde.

A conselheira Roseli Goffman considerou que o CFP deva preparar um documento para responder sobre essa questão relativa aos conselhos, inclusive se solidarizando com aqueles conselhos que não tem nenhuma ação política. Comentou sobre o processo de terceirização dos portos brasileiros que ocorreu nesta semana e sugeriu uma reflexão sobre todos os outros processos de terceirização que fazem parte da pauta deste plenário, bem como uma reflexão acerca do processo do Estado Mínimo, como isso poderia ser feito e já que é inevitável, buscar o máximo de participação social. Fazer uma crítica acerca de qual Estado se deseja para que possa haver avanços para a sociedade brasileira e que o CFP possa ser a voz dessas ideias.

Humberto Verona falou em produzir um documento do CFP, no qual apresente todos os pontos positivos da iniciativa da integração, da aproximação entre os povos dos países do Mercosul, os benefícios e as contribuições que as profissões podem dar aos cidadãos desses países. Sugeriu fazer um posicionamento contrário às iniciativas ou as manobras de tomada do controle sobre a regulamentação de uma forma não pactuada, não negociada com os Conselhos. Sugeriu a criação de um grupo para cuidar da elaboração dessa nota e da divulgação na plenária XV. Para além da questão do Mercosul, ponderou sobre a proposta da Roseli e falou na possibilidade de se pensar um debate que possa resultar em um documento a respeito da privatização no Brasil. Além da participação na frente contra a privatização da saúde, ressaltou a necessidade de a psicologia entrar no debate sobre todos os movimentos de privatização em outros setores estratégicos da sociedade. O presidente disse que esse debate e a construção de um posicionamento sobre essa questão será importante também para o avanço na discussão com a

Handwritten signatures and initials in blue ink, including '40', 'MR', 'MC', 'SMF', 'R', 'K', 'AB', 'M', 'A', and '47'.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, que tem como objetivo ampliar os direitos, a integração e compartilhamentos.

No que cabe à Autarquia, a conselheira Clara Goldman salientou que é importante o CFP avaliar se considera temerário ou não o avanço na criação de carreiras únicas do SUS e ter uma posição clara sobre a privatização. Em sua opinião, outra questão que o CFP precisa reafirmar é que a integração do Mercosul não pode ser feita à custa do desmonte das Autarquias profissionais, as quais representam a diversidade da realidade profissional brasileira. Ponderou que essa é uma discussão ainda insuficiente entre os profissionais brasileiros, sendo necessário exaurir um conjunto de audiências, debates, seminários para que a sociedade brasileira possa conhecer a situação e se posicionar.

Após discussão o grupo para elaboração do documento foi composto pelas conselheiras Roseli Goffman, Tânia Brasileiro e Flávia Lemos.

O ponto foi finalizado com os seguintes encaminhamentos:

- No dia 26 de junho o CFP se reunirá com o Ministério da Saúde para discutir a Plataforma Arouca (transferência dos dados dos Conselhos Profissionais);
- O CFP é favorável a livre circulação dos profissionais no Mercosul desde que hajam critérios;
- Buscar audiências com o Ministério da Saúde e do Trabalho para compreender o projeto que o Governo tem para o futuro das profissões regulamentadas no Brasil;
- Entrar em contato com o Sr. Ódair Furtado, que representa o CFP na Comissão, para ter conhecimento das decisões que tem sido tomadas, bem como os relatórios das reuniões;
- Produzir um debate com reflexões sobre os processos de terceirização/Estado Mínimo em curso no Brasil;
- Produzir um documento com pontos positivos da iniciativa do Fórum Mercosul, benefícios e contribuições que as profissões podem dar para as populações dos países e posicionamento contrário a intervenção autoritária do Estado na regulamentação das Profissões;
- Conselheira Roseli, Tânia e Flávia farão um documento (minuta) sobre as discussões relativas ao Mercosul para enviar para o Plenário XV.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'HO', 'M.', 'MC', 'A', 'FF', 'SOF', 'R', and 'A'.

INFORMES SOBRE CRIANÇA E ADOLESCENTE E AUDIÊNCIA SOBRE AGENDA PROPOSITIVA DA CRIANÇA 2013.

A conselheira Sandra Amorim iniciou os informes dizendo que começou a funcionar o hotsite criancaadolescente.cfp.org.br, sendo que a proposta é criar um canal de comunicação com links de todas as ações, participações, produções do CFP sobre essa temática. Pediu para que os conselheiros acessem e dêem sugestões. Lembrou que conforme decisão da última plenária, o CFP permaneceria no fórum DCA, sendo representado pela conselheira Flávia Lemos e sairia da Secretaria Executiva. Informou que dia 08 de junho, haverá uma reunião ampliada para debater a situação do Fórum e as questões ligadas ao planejamento de 2013. Relatou que participou de uma audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família na Câmara dos Deputados sobre agenda propositiva criança e adolescente 2013. Foi estabelecido que de fato a agenda seja propositiva e não reativa como vem acontecendo e que o foco é em relação ao que o parlamento está fazendo com as questões da criança e adolescente, enfatizando as propostas preventivas e da educação. Informou que não há nenhum PL que trate da prevenção e que os PLs da educação estão parados. Disse que foi um debate complexo, no qual houve o reconhecimento de que existe um hiper investimento na judicialização, na criminalização da adolescência, da infância, mas nenhum investimento na qualidade das políticas para que as crianças e adolescente não cheguem aos presídios. Em nome do CFP, disse que se comprometeu a acompanhar essa agenda. Informou que a agenda, bem como o PEC 33, que trata da maioria penal, com os ajustes feitos na última plenária será divulgada no hotsite.

A conselheira Flávia Lemos falou sobre o PL 23, que propõe a criação da medida psiquiátrica, de internação para adolescentes. Disse que em plenárias passadas houve o consenso a respeito de todo o parecer, exceto sobre o ponto que fala da perícia. Informou que junto ao assessor parlamentar do CFP, conversou com o assessor da senadora Lídice da Mata, o qual permitiu algumas interferências do CFP no voto dela. Disse que fará as alterações no referido ponto do texto, ainda neste dia, e passará para o assessor parlamentar do CFP. Segundo a conselheira, o assessor da senadora informou que há uma agenda de várias audiências públicas de interesse da psicologia e que para isso é preciso transversalizar e discutir os temas em audiências. A conselheira informou que há três audiências públicas marcadas pela Comissão especial do Senado para os dias 03, 11 e 17 de junho para tratar da questão da redução da maioria penal. Sugeriu fazer um revezamento entre os conselheiros para garantir a participação do CFP em todas elas.

Sandra Amorim informou ainda que o CFP recebeu um convite da Secretaria de Direitos Humanos para participar de uma grande mobilização em

relação à redução da idade penal e outras pautas referentes à infância, no dia 04 de junho de 2013, das 9h às 12h, na própria Secretaria. Comentou que com o efeito suspensivo da Resolução 10/2010 em todo território nacional, apresentou dúvidas sobre a manutenção do debate sobre a questão da escuta, agendado para junho, conforme deliberado por este plenário, com participação de convidados. Ressaltou a necessidade de retomar esse tema, já que não se discute há muito tempo e principalmente porque há demandas importantes em relação à questão.

Flávia Lemos relatou que em uma reunião do Fórum, apresentou a sugestão de ampliação da gestão, pois há muita demanda e conta com quatro entidades apenas. Tal sugestão foi acatada e será ponto de pauta na próxima reunião. Em relação ao depoimento sem dano e a escuta na rede de proteção da criança e do adolescente, sugeriu convidar a psicóloga Leila Torraca para o debate na próxima plenária.

A conselheira Ana Luiza Castro indicou o juiz aposentado dr. João Batista da Costa Saraiva, o qual apresentou um processo ético ao CFP solicitando providências. A conselheira fez um breve relato sobre esse processo, envolvendo a questão do depoimento sem dano e defendeu a ideia de que um dos membros da diretoria deva ter um contato formal com esse juiz.

Após o relato, a conselheira Monalisa propôs elaborar para esse processo, um parecer técnico baseado em dados científicos publicados nacionalmente na linha da Psicologia, especificamente do atendimento infantil e não apenas um parecer com posicionamento político, pois nenhum juiz questiona dados científicos e técnicos.

O plenário debateu sobre o referido processo e sobre a possibilidade de se fazer um debate online sobre o assunto, o qual não houve consenso. Após discussão acordou-se os seguintes encaminhamentos:

- Trazer para próxima Plenária, a sra Leila Torraca e o dr. João Batista da Costa Saraiva para discussão do depoimento sem dano e escuta na rede de proteção para Criança e Adolescente;
- Fazer parecer técnico (após o debate em plenária) com dados científicos e publicados da Psicologia, e não dados políticos, a partir da experiência da metodologia, que já está em curso;
- Colocar em contato um representante da diretoria com o Juiz Saraiva para conversar sobre denúncia ética de psicólogos envolvidos no processo que ele apresentou ao CFP.

CRENCIAMENTO E RECRENCIAMENTO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO.

A conselheira Ana Paula apresentou o Processo N° 003/2013 que diz respeito ao pedido de credenciamento do Núcleo Formador Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, cuja especialidade é em Neuropsicologia; é um curso de especialização em Neuropsicologia. Leu o parecer favorável ao credenciamento dos vistoriadores e disse que a Comissão endossa tal parecer.

O parecer foi colocado em apreciação e o plenário aprovou com uma abstenção.

Humberto Verona informou que houve uma ação na Justiça de Minas Gerais em que decidiu que o Conselho Federal, na concessão de títulos de especialistas, tem que reconhecer obrigatoriamente, sem necessidade de uma avaliação prévia, os cursos de especialização que são promovidos por entidades de ensino e que sejam aprovados pelo MEC. Disse que todos os conselhos regionais foram orientados a esse respeito. O presidente solicitou ajuda a Comissão de avaliação de cursos de especialista para formular alguns critérios que devem ser considerados pelos conselhos regionais ao receberem as solicitações de psicólogos e que envie a diretoria para que esta encaminhe aos regionais. Disse que fez esse compromisso na reunião de presidentes. Nesta mesma reunião o assessor jurídico do CFP esclareceu que o título concedido por essa decisão é um título provisório, caso o CFP ganhe na justiça, esses psicólogos perderão seus títulos. A assessoria jurídica sugeriu ainda a inclusão de um campo no formulário de concessão do título, onde deve constar que o título está sendo concedido por força da decisão judicial e que caso haja reversão o psicólogo o perderá.

O ponto foi finalizado com o seguinte encaminhamento:

- Que o CFP finalize o formulário que terá observação explicando que o título de especialista poderá ser cancelado em caso de revogação da decisão judicial e envie aos CRPs o quanto antes (pedir minuta a Assessoria Jurídica).

POSICIONAMENTO DO CFP NA REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO.

A conselheira Tânia Brasileiro informou que o CFP foi convidado a participar de uma audiência pública, no dia 28 de maio de 2013, em que tratará da reformulação do Ensino Médio no Brasil. Disse que convidou a Ângela Soligo e a Silvia Cintra, representantes respectivamente da ABEP e ABRAPEE, para participarem da audiência, já que são instituições parceiras do CFP nesse movimento. Foi realizada uma reunião telefônica com todos esses representantes com o intuito de discutir e preparar o que cada instância poderá dialogar com os deputados dessa Comissão. Nessa reunião observou-se a necessidade de revisão do currículo disciplinar, de contemplar um ensino que

realmente busque a construção e a formação do cidadão, mas também a preparação para o trabalho. Falou-se também da necessidade de tratar o que a Psicologia, a partir desse processo mais amplo, poderá trazer na sua especificidade, principalmente da Psicologia Educacional e trabalhar os processos ensino-aprendizagem. Em sua opinião o CFP poderá contribuir afirmando que a psicologia tem presença e atuação efetiva na sociedade, por meio das várias políticas, dando visibilidade ao documento recém-publicado sobre as orientações para os gestores da Educação Básica. Considerou também que caberia à ABEP a aprovação, no âmbito do MEC, da obrigatoriedade das faculdades e dos cursos de Psicologia oferecerem uma licenciatura em psicologia, sendo opcional para o aluno, e garantindo a inserção da psicologia no ensino médio. Disse que o objetivo é aproximar as três entidades e chegar a audiência com um posicionamento articulado. Disse que o material apresentado nessa reunião está sendo sistematizado, mas ainda não fechou nenhum texto.

Humberto Verona disse que é preciso lembrar que existem duas frentes que se complementam, mas que são diferentes. A primeira é o PL 3.688/2000, que trata da presença, da intervenção da psicologia e do serviço social na Educação Básica, ou seja, ele propõe uma equipe multidisciplinar no âmbito da escola, que possa acolher e ajudar a solucionar os problemas dentro da comunidade escolar. Outro projeto este apresentado pela conselheira Tânia foi incorporado pelo FENPB, o qual criou um GT que vem cuidando, já há algum tempo, da psicologia como conteúdo dentro do ensino médio, atentando para os temas que são importantes para a formação dos jovens no enfrentamento de seus problemas. Para a audiência pública considerou importante e necessário reforçar o que dispõe essas duas frentes: a presença do psicólogo nas escolas dentro de uma equipe multiprofissional e a inclusão da psicologia no ensino médio. Sugeriu resgatar todos os materiais produzidos pelo CFP e pelo FENPB, que já foram entregues ao Ministério da Educação e ao Congresso Nacional para levar para a audiência pública e mostrar com competência os argumentos de que a presença da Psicologia no Ensino Médio e da profissão no Ensino Básico, é fundamental para o avanço no enfrentamento dos problemas que a escola tem hoje. O presidente ressaltou que o CFP é a favor da reformulação do ensino médio e da necessidade de repensar a formação do jovem no país.

A pedido da conselheira Tânia, o assessor parlamentar do CFP falou sobre a Comissão Especial do Senado, a qual convidou o CFP para a audiência pública. Explicou que é uma comissão temática, que foi constituída para produzir toda uma análise, um estudo e uma avaliação sobre o Ensino Médio no Brasil.

- A Comissão está trabalhando desde o ano passado, e com base nisso, vai produzir um relatório sobre Ensino Médio no Brasil, com várias sugestões que podem ser encaminhadas ao Governo Federal e aos Governos Estaduais, podendo transformar-se em um projeto de Lei.

Disse que a avaliação dessa Comissão é de que atualmente, o ensino médio prepara o jovem apenas para o vestibular e não para a vida e para o mercado de trabalho, sendo que a ideia é equilibrar essas duas questões.

- A conselheira Roseli Goffman sugeriu construir uma linha de tempo da psicologia dentro do ensino médio.
- Houve uma discussão sobre várias questões relativas ao ensino médio no Brasil e o ponto foi encerrado com a proposta de reforçar na audiência pública os seguintes pontos:
 - A Psicologia por meio de uma equipe multiprofissional na escola;
 - A Psicologia como matéria a ser ministrada em turmas do Ensino Médio;
 - A Psicologia é a favor da reformulação do Ensino Médio.

Como encaminhamento: Construir uma linha de tempo para mostrar o percurso da Psicologia no Ensino Médio.

PESQUISA QUALI-QUANTITATIVA SOBRE OS DISPOSITIVOS DE COMUNICAÇÃO DO CFP.

A conselheira Roseli Goffman relatou que houve uma reunião, a qual tratou da questão do que é uma gestão editorial, um conselho editorial. O objetivo foi fazer com que todos os conselheiros, representantes no jornal, na revista Ciência e Profissão, na Diálogos examinassem todos os recursos disponíveis no CFP, a fim de entendê-los e se apropriarem da melhor utilização desses recursos. Nessa ocasião, foi proposta a elaboração de uma pesquisa com os psicólogos sobre o uso dos mecanismos de comunicação do CFP, com o objetivo de mapear melhor o perfil e para que servem essas publicações.

Clara Goldman colocou que essa é uma avaliação preliminar, até mesmo por causa de algumas dificuldades que o CFP encontra no diálogo dessas mídias. Refletiu se o CFP dispõe de mídias adequadas para o público de psicólogos brasileiros e de que forma é possível avançar. Ressaltou a necessidade de avaliar as mídias do Conselho, e rever essas produções e os mecanismos de comunicação de todo o Sistema Conselhos. E a sugestão foi uma avaliação real, da aceitação e do tipo de mídia que está sendo hoje colocada. A conselheira Ana Paula lembrou que no planejamento estratégico foi definido que haveria reunião dos vários conselhos para cuidar dos aspectos da comunicação e uma das sugestões é que a BVS faça um levantamento e uma sinopse de todos os vídeos; vídeos que tem mais de cinco minutos, que estão no site do Conselho, que os organizem e os hospedem na BVS.

Monalisa Barros comentou que os vídeos inscritos na II Mostra foram aprovados para serem disponibilizados na BVS. Disse que hoje eles não estão em lugar nenhum. Segundo a conselheira Ana Paula, o combinado

inicialmente foi que os vídeos estariam hospedados no Conselho, porque eles não cabem na BVS. Monalisa considerou que também não cabem no CFP.

Humberto Verona sugeriu ao plenário pensar em uma proposta para a hospedagem dos vídeos da II Mostra. Considerou necessário fazer uma discussão sobre a importância da comunicação no Sistema Conselhos, mesmo avaliando que não será possível realizar a pesquisa neste momento. Sugeriu incluir esse debate na próxima reunião entre presidentes, que acontecerá em julho de 2013 e encaminhar essa questão para a próxima gestão.

Marilda Castelar comentou sobre a pesquisa da Mulher Psicóloga e para a pesquisa sobre a Comunicação, considerou necessário estabelecer uma meta a longo prazo do que se pretende avançar em comunicação, pelo menos para dentro da categoria, bem como recolher informações e elementos que possam ajudar a melhorar esse processo. Disse que é preciso também atualizar os links de alguns CRPs, que fazem interface com o CFP, não houve atualização depois da mudança do site POL para o site CFP.

Humberto Verona solicitou ao grupo responsável pela condução desse tema que faça um levantamento das informações para subsidiar a reunião entre presidentes. Após essa reunião, sugeriu outra, em outubro, com as assessorias de comunicação e presidentes dos novos plenários.

Ao final, foram listados os seguintes encaminhamentos:

- Sugerir para a nova gestão do CFP a realização de uma pesquisa sobre o uso dos mecanismos editoriais do CFP;
- A BVS-PSI está fazendo sinopse de todos os vídeos que estão no site do CFP e que têm mais de 5min;
- Verificar onde os vídeos da II Mostra serão hospedados: na BVS-PSI ou no CFP;
- Pautar para a reunião de Presidentes a indicação de parâmetros para a comunicação do CFP;
- Disponibilizar as Resoluções no site do CFP por meio do número da resolução e ementa, pois, atualmente, só é possível visualizar a ementa;
- Que o Conselho Editorial do CFP possa preparar a discussão de como potencializar a comunicação do CFP e apresentar para a Plenária;
- Fazer projeto de Comunicação do Sistema Conselhos.

POSICIONAMENTO DO CFP EM RELAÇÃO AO PARECER DO CFM (Defende a liberação do aborto em gestações de até 12 semanas).

O presidente abriu o ponto dizendo que foi combinado nesta plenária fazer uma manifestação de apoio à resolução feita pelo CFM a respeito do aborto. Explicou que na última reunião de diretoria foi feita uma leitura mais cuidadosa dessa resolução e foi percebido que a posição do CFM é contrária ao aborto, mantendo a defesa da criminalização do aborto, abrindo exceção para algumas excepcionalidades. A proposta do CFM é a inclusão de um novo critério dentro dessa excepcionalidade. Com isso, a diretoria preocupou-se, pois este plenário defende a autonomia da mulher e, portanto não deve manifestar apoio incondicional à posição do CFM. Diante dessa situação, propôs ao grupo que cuida do tema da mulher fazer uma leitura minuciosa da resolução a fim de redigir uma proposta de manifestação, apoiando apenas a iniciativa da liberação do aborto nas gestações até 12ª semana e não toda a resolução, elaborar um posicionamento do CFP em relação ao aborto, considerando tudo o que já foi debatido neste plenário e colocar na lista do CFP XV para ser aprovado e encaminhado ao CFM o mais rapidamente possível.

O plenário debateu sobre a proposta do CFM liberando o aborto até a 12ª semana, sobre o encaminhamento do novo Código Civil a respeito do tema e houve consenso com os seguintes encaminhamentos:

- É possível apoiar o parecer no que concerne a questão da liberação do aborto nas gestações até 12ª semana, mas não é possível manifestar apoio do CFP ao parecer do CFM na íntegra porque o CFP também tem uma discussão sobre a soberania da mulher sob seu corpo;
- Que o grupo que tem cuidado do tema "Mulher" produza um pronunciamento, disponibilize a discussão no CFP XV e após aprovação da diretoria, encaminhe ofício ao CFM.

•**Carta solicitando audiência sobre instalação de CPI do aborto.** A conselheira Roseli Goffman disse que foram apresentados em uma plenária do ano passado, os PLs que são contra e favoráveis aos direitos da mulher. Dentro do escopo dos PLs contrários, existe uma movimentação no Congresso, solicitando a instalação da CPI do aborto. O objetivo é criar uma CPI especialmente para fortalecer os PLs que são contra os direitos da mulher investigando as questões do aborto existente no Brasil. Diante disso, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, fez uma carta solicitando apoio do CFP. Tal carta apresenta os fundamentos técnicos e científicos que demonstram ser necessário retirar a discussão do aborto inseguro do Brasil, da espera criminal e inseri-la no âmbito da saúde pública. Informou que a carta está disponível na lista do CFP XV e que algumas

conselheiras já responderam, manifestando seu apoio. A conselheira considerou interessante o CFP apresentar documentos, continuar na legitimação dos PLs que defendem direitos da mulher e apoiar todos os movimentos nesse sentido.

A conselheira Marilda Castelar sugeriu fazer um convite ao CFM para continuar a discussão sobre o tema. Comunicou que 28 de maio é o dia internacional de ação pela saúde das mulheres e dia nacional de luta pela redução da morte materna. Considerou este dia adequado para divulgar alguma nota do CFP no Conselho Nacional da Mulher e no próprio site do Conselho.

Humberto Verona fez a leitura da carta redigida pela SBPC e em seguida colocou em votação, sendo aprovada por unanimidade. O presidente propôs fazer um boletim online para promover a divulgação da carta, bem como mencionar outras políticas públicas em defesa da Mulher.

O ponto foi concluído com o seguinte encaminhamento:

- Divulgar a carta e fazer menção as outras políticas das mulheres por meio de boletim *online* no dia 28 de maio que é o Dia Internacional de Ação pela Saúde das Mulheres e o Dia Nacional da Morte Materna.

JORNAL DO FEDERAL.

Humberto Verona explicou que na última reunião de diretoria verificou-se que, nos últimos números do jornal, houve um aumento significativo do número de páginas e consequentemente um aumento significativo do custo desses jornais. O tamanho do jornal foi reduzido e por isso o aumento do número de páginas. Diante desse cenário, disse que será preciso trabalhar com alguns cortes financeiros, para isso sugeriu duas medidas. Uma atinge diretamente a questão financeira, outra vai na direção dessa discussão do alcance da mídia. Do ponto de vista financeiro existe a preocupação e a necessidade de manter o jornal dentro do limite possível de páginas e investir na redução de gastos. A segunda medida é que as edições do jornal deste ano possam ter uma versão online. Disse que há duas edições para serem publicadas ainda neste ano.

Monalisa Barros informou que esse jornal custou próximo de R\$700.000,00, a impressão foi R\$356.000,00, a embalagem R\$70.000,00 mais R\$1,20 para cada postagem do correio. Lembrou que orçamento para este ano era de R\$ 660.000,00 para impressão.

A conselheira Ana Luiza falou das dificuldades enfrentadas na publicação do jornal, mesmo após as mudanças feitas para que ele se tornasse uma leitura mais agradável. Disse que há problemas graves de concepção,

pois o jornal se parece com uma revista e considerou importante manter a tradição de ter o jornal impresso.

Humberto esclareceu que a proposta não é suspender a impressão, mas agregar a versão online. Na avaliação da conselheira Cynthia Ciarallo, as matérias do jornal são muito longas, é denso, com muitas informações. Falou na possibilidade de fazer um jornal menor, mais leve e colocar mais informações no site.

A conselheira Roseli Goffman julgou que mesmo que o CFP tenha uma assessoria de comunicação, não há uma avaliação mais aprofundada dos objetivos dessa comunicação. Sugeriu manter as duas edições impressas e também digitalizadas e considerou necessário fazer uma discussão com o grupo de assessoramento técnico sobre o conjunto das mídias desta Autarquia.

Após discussão e esclarecimentos foram deliberados os encaminhamentos:

- Manter mais duas edições do Jornal com redução do número de páginas ainda que o tamanho tenha diminuído: a edição especial das eleições e uma edição do ano em curso;
- Que o próximo jornal não sofra atrasos na publicação;
- Que as matérias do Jornal do Federal sejam menores;
- Que o site do CFP seja mais explorado para publicar as notícias;
- Que seja disponibilizada uma versão on-line do jornal (*e-journal*) com layout reformulado.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA.

O conselheiro tesoureiro Aluizio Brito apresentou a projeção financeira de maio a dezembro de 2013. Chamou atenção para o saldo bancário total em 16/05/2013 de R\$ 4.293.056,45 e falou do ingresso previsto de recursos, previsão orçamentária, receita da cota parte, receita arrecadada até o momento. Mostrando os cálculos conforme planilha anexa, verificou-se que houve em quatro meses um gasto muito maior que o previsto. Com isso, considerou a necessidade de repensar as ações do CFP, avaliar as prioritárias atentando para o orçamento. Citou o alto valor pago com multa e reembolso de passagens aéreas para conselheiros, para convidados que cancelaram passagens. Disse que a partir de 2013, as contas do CFP serão auditadas pelo Tribunal de Contas da União e não mais na APAF como era anteriormente, ressaltando a possibilidade dessa situação aparecer na auditoria. Afirmou que

não será mais permitida a remarcação de passagens, caso seja necessário, o próprio conselheiro deverá negociar na companhia aérea e assumir a multa. O CFP não mais assumirá esse tipo de multa.

Humberto Verona reforçou a preocupação com o alto valor dessa despesa que se somam em R\$35.000,00 para apenas 4 meses e com uma auditoria do TCU, o qual poderá considerar que esse gasto não estava autorizado legalmente e poderá impor o ressarcimento para o presidente e o tesoureiro, que são as pessoas que respondem pelo orçamento do Conselho. Disse que o valor é muito alto e como todos os conselheiros são corresponsáveis, caso sejam cobrados, esse valor deverá ser dividido com todo o plenário. Leu um parecer redigido pelo assessor jurídico do CFP, em anexo, explicando o artigo 5º do decreto 5992/2006, § 4º que fala sobre diárias. Diante dessa situação, o presidente falou da urgência em encontrar formas de reduzir gastos e que a diretoria continuará discutindo com o assessor jurídico e o coordenador administrativo financeiro as possibilidades de se resguardar e evitar a cobrança desse valor. Alertou para o fato de que o problema é real e precisa ser solucionado imediatamente.

O tesoureiro expôs ainda a questão das horas extras de funcionários do Conselho, que também extrapolou o limite possível dentro do orçamento e informou que para essa situação, a diretoria já tomou as medidas necessárias. As horas extras somente serão permitidas com autorização do coordenador de setor e dentro do estabelecido no acordo coletivo. Disse que os funcionários já foram informados e estão todos cientes dessa medida adotada. Inclusive, sobre essa questão das horas extras, a conselheira Monalisa comentou que o CFP foi muito questionado na APAF. Disse também que este plenário precisa se conscientizar de toda a situação financeira do Conselho e ajudar a tesouraria a não extrapolar o orçamento. Comentou que foram realizadas várias ações que não estavam previstas no planejamento estratégico e, portanto não estavam no orçamento, o que acabou contribuindo para esse desequilíbrio financeiro.

Humberto explicou que estão buscando reduzir os gastos como medidas de prevenção para que este plenário termine o ano e passe para a próxima gestão com estabilidade financeira.

As conselheiras Heloiza Massanaro e Sandra Amorim disseram da necessidade de uma orientação mais clara sobre essa situação de mudanças de passagens, em que situação o conselheiro deverá arcar com essa responsabilidade.

A conselheira Ana Paula questionou se já foi feito um diagnóstico dessa situação e se há responsabilidade também da estrutura funcional do Conselho. Humberto Verona respondeu que a diretoria fará essa análise de forma detalhada, averiguando cada caso e apresentará para a plenária e individualmente com cada conselheiro se for parte do processo.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the number '40' and several illegible signatures.

Aluizio Brito disse que a tesouraria encaminhará para a lista do CFP XV um *check list* de todos os procedimentos para todas as situações que possam acontecer e que tipo de ação o conselheiro deve adotar. (Questões referentes a passagens e hospedagem; cancelamento, mudança, multa, *no show* e outros).

A conselheira Clara Goldman lembrou do alto investimento dispendido na II Mostra e sugeriu fazer uma avaliação crítica desse evento. Disse também que uma avaliação de processos de execução orçamentária tem que ser feita independente se eles foram bons ou não. Sugeriu que a diretoria ou a tesouraria apresente um plano de contenção de despesas que não prejudique o planejamento original, mas que garanta a saúde financeira desta autarquia. Sugeriu também que a diretoria estenda esse plano de contenção para colaboradores, consultores e para as pessoas que apoiam as ações do Conselho. Que se estenda também ao apoio financeiro de entidades, congressos, eventos regionais e outras ações afins.

Após exposição da situação, discussão e esclarecimentos, o plenário listou os seguintes encaminhamentos:

- As despesas decorrentes de alterações e remarcações de passagens aéreas serão de responsabilidade da(o) conselheira(o);
- Averiguar com o contábil e o jurídico os procedimentos para justificativa do CFP das despesas decorrentes de alterações e remarcações de passagens aéreas;
- Fazer análise detalhada, para a diretoria, sobre os casos de *no show* (um a um) que foram responsabilidade do conselheiro/convidado e os casos que foram responsabilidade do corpo funcional/organizador do evento;
- Não serão permitidas horas extras para funcionários do CFP sem autorização por escrito da gerência;
- A tesouraria apresentará ao CFP-15 *check list* de procedimentos/orientações para situações em que conselheiros e convidados não puderem embarcar, comparecer ao hotel (*no show*) e várias situações;
- A tesouraria organizará com a Diretoria plano de contenção de despesas que não prejudiquem o planejamento original, mas garanta a saúde financeira da autarquia;

- Que os procedimentos de contenção se estendam a todos os colaboradores, consultores e pessoas que apoiam as ações do CFP;
- Que os procedimentos de contenção se estendam ao apoio financeiro de entidades, congressos, eventos regionais e outras ações afins.

REGIMENTO INTERNO DO CRP 07.

A pedido da conselheira secretária Deise Nascimento, ausente nesta plenária, o ponto foi apresentado pela conselheira Monalisa Barros. A conselheira relatou que o CRP 07 encaminhou ao CFP um pedido de alteração de Regimento Interno, o qual foi analisado pelos setores administrativo, contábil e jurídico e encaminhado ao solicitante com as recomendações para a alteração. Tais recomendações foram aprovadas pelas instâncias diretivas daquele regional, sendo necessária também a aprovação deste plenário. Monalisa fez a leitura do ofício de solicitação de modificação do Regimento Interno do CRP 07, em anexo e disse que a indicação da diretoria e da tesouraria é pela aprovação dessa solicitação.

Humberto Verona colocou em votação e por unanimidade foi aprovada a modificação do Regimento Interno do CRP-07.

AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLOGICOS.

A conselheira Ana Paula apresentou 4 instrumentos para avaliação.

IFP- Inventário Fatorial de Personalidade. Ana Paula disse que este instrumento foi reformulado e após avaliação, a Comissão Consultiva teve o entendimento de que ele atende os requisitos estabelecidos na resolução. Colocado em votação o parecer da Comissão foi aprovado por unanimidade.

Técnica de Apercepção para Idosos (SAT). A conselheira explicou o teste e após avaliação, a Comissão entendeu que existem os elementos mínimos previstos, mas que é possível melhorar um pouco esse manual. Então, faz algumas recomendações pontuais, mas considera aprovado o instrumento. Em votação, o plenário aprovou por unanimidade o parecer da Comissão.

TAVIS 3 (Teste de Atenção Visual). Ana Paula explicou que o propósito desse instrumento é avaliar a atenção, no entanto, ele não atende aos critérios, não tem estudos de precisão e nem determinação de parâmetros de comparação que são as normas. Então, a Comissão sugere que ele receba

parecer desfavorável. Por unanimidade, o plenário aprovou o parecer desfavorável da Comissão.

Por último a conselheira apresentou a **Escala de Motivação para a Aprendizagem-EMAPRE**, que como o próprio nome diz, tem objetivo de avaliar a motivação para aprender. A Comissão consultiva diante da análise considerou que o instrumento é favorável. O parecer da Comissão foi aprovado por unanimidade

INFORME: DIVERSIDADE SEXUAL- PROCESSO TRANSEXUALIZADOR.

Humberto Verona leu o relatório, de uma reunião telefônica entre CFP (Celso Tondin) e Ministério da Saúde (Kátia Souto) para tratar da questão da nota técnica em construção pelo CFP, com o objetivo de orientar os psicólogos a respeito do processo trans. Como foi um informe, não houve encaminhamentos.

APAF.

Em relação a APAF, Humberto Verona sugeriu discutir inicialmente os pontos aprovados e com encaminhamentos.

•Laicidade e Psicologia.

A conselheira Roseli Goffman relatou como foi a apresentação do trabalho, do GT na APAF e como decorreu a discussão. Considerou excelente o material apresentado na APAF e sugeriu disponibilizá-lo na lista do CFP XV.

Humberto Verona ressaltou que o GT que cuidou desse tema, cumpriu a tarefa de forma qualificada, elogiou o texto produzido por ele e em sua avaliação este foi um dos melhores debates apresentados na APAF.

A conselheira Ana Luiza considerou interessante que o CFP assuma o protagonismo dessa discussão, mas que articule e pense o tema sobre a laicidade do estado com outros setores e movimentos sociais.

Adriana Eiko julgou também necessário ampliar e fortalecer esse debate para outros movimentos sociais, citando a Frente Nacional de Drogas, bem como refletir a laicidade para além da ideologia, da religiosidade e tentar compreender o desenvolvimento econômico no país, que se baseia na ampliação do consumo no país. Disse que é preciso mudar a estratégia para se produzir outros efeitos, que não sejam somente no campo ideológico.

Concordando com as opiniões das conselheiras, Márcia Mansur reforçou a importância de o CFP ter uma posição mais política. Propôs que no encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, em outubro deste ano, o CFP leve essa discussão.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R', 'MC', 'SM', and others.]

A conselheira Sandra Amorim questionou se há alguma ação em relação à formação sobre essa temática. Em sua avaliação, muitas práticas profissionais têm sido pautadas em questões religiosas por falta de uma formação consistente. Demonstrou preocupação em como atingir a população que não está inserida nos movimentos sociais, mas que está na prática utilizando recursos religiosos por falta da ciência.

Já a conselheira Cynthia Ciarallo destacou que essa questão da laicidade não diz respeito apenas à bancada evangélica, mas de como o discurso religioso tem ancorado violação de direitos. Ressaltou que a questão da evangelização precisa ser dialogada dentro de um Estado Laico em prol da proteção dos direitos e da diversidade. Falou sobre o movimento Fora Feliciano e da participação do CFP nele, onde algumas ações foram pensadas, mas não foram formalizadas, entre elas está a ideia de ampliar o Movimento Estratégico pelo Estado Laico - MEEL. A proposta é de que o CFP não seja o protagonista desse movimento, mas que participe e garanta essa pauta. Disse que tal ideia já foi discutida na diretoria e com isso, há mais ou menos dois meses, começou a participar, representando o CFP, em alguns encontros semanais para discussão do assunto, participou, inclusive, de uma audiência pública e tem recolhido assinaturas de entidades e instituições que queiram compor o MEEL. Desses encontros surgiu a proposta de lançamento de um site e de um seminário, promovido pelo MEEL, com o objetivo de debater e compreender o cenário da religião no Brasil e como esse cenário transversaliza a questão do Estado Laico. Mesmo avaliando o problema de contenção de despesas, julgou importante a participação do CFP nessas ações.

A conselheira Roseli Goffman comentou que recebeu informações, neste momento, de que foi julgado improcedente, o pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro, para acabar com a resolução 001/1999. Apresentou os encaminhamentos feitos pela APAF.

Humberto Verona concluiu o ponto, dizendo que, conforme encaminhamento da APAF, o GT vai incluir no documento as recomendações sugeridas para que sua versão final seja apreciada em uma reunião entre presidentes, a qual ainda não tem data definida.

Após exposição, discussão e considerações sobre o tema, o plenário listou os seguintes encaminhamentos:

- Enviar para o e-mail do CFP-15 as apresentações que foram usadas na APAF sobre Laicidade e Psicologia;
- Que o CFP participe dos debates sobre Laicidade do Estado em outros espaços políticos;

- Que o CFP integre ao Movimento Estratégico pelo Estado Laico – MEEL atento a contenção de gastos;
- Definir data para reunião telefônica de presidentes em julho.

•Pesquisa Efeitos do Feminino no Brasil.

Roseli Goffman relatou que na APAF, foi feita uma apresentação da pesquisa da mulher, contando um pouco da linha do tempo, de como ela foi produzida, sobre a empresa contratada para a publicação do livro Quali, enfim foi feita a prestação de contas de todo o trabalho do GT na construção desta pesquisa. Disse que o trabalho do GT foi todo aprovado por unanimidade pela APAF, ressaltou as contribuições do CREPOP e da Louise A. Lhullier, contratada pelo Instituto Ethos e leu os encaminhamentos feitos pela APAF para este ponto. Considerou que os cursos de psicologia devam adotar essa pesquisa como referencial para trabalhar as questões dos estereótipos entre mulheres e homens na sociedade brasileira. A conselheira pediu que esta apresentação, um power point, fosse enviada a lista do CFP XV, comentou sobre o resultado da pesquisa, e falou sobre o livro, o qual tem previsão de ser lançado no dia 27 de agosto deste ano. Informou que o pré-lançamento foi realizado no CONPSI, onde foi muito concorrido e não houve livros suficientes para todos que o queriam. Salientou que eram 200 exemplares; 100 para distribuição no CONPSI e outros 100 para serem enviados ao Conselho da Mulher e a este plenário. Sugeriu a leitura do livro a todos os conselheiros, indicando que ele seja também disponibilizado na lista do CFP XV e no site do feminino da mulher, em versão pdf, e que também sejam realizados eventos de divulgação nos CRPs. Roseli disse que será preciso fazer algumas retificações e que será necessário imprimir outros livros. Informou que há 3 eventos, nos quais o livro poderá ser lançado: no 2º PSINEP, no Congresso Interamericano de Psicologia e no Congresso de Psicologia Escolar e Educacional, Disse que a estratégia é lançar o livro diversas vezes, em todos os eventos, acompanhado de uma mesa que qualifique a pesquisa em psicologia e que mostre o CFP produtor de tal ação. Pediu indicação de nomes com referência para compor mesas nesses eventos.

A conselheira Marilda Castelar falou da importância em se dar visibilidade para essa publicação e sugeriu negociar com a editora, desde que os direitos autorais sejam mantidos, uma pequena tiragem a fim de enviar um exemplar para cada universidade e para cada conselho regional.

Adriana Eiko propôs que o CFP faça uma edição, como sempre fez de suas publicações e que faça um convênio com uma editora para que ela possa distribuir, financiar e vender. Recomendou que seja feita uma publicação para ser vendida.

A conselheira Clara Goldman ressaltou que o recurso destinado à pesquisa é da conta divulgação, sendo preciso averiguar quanto do orçamento foi aprovado para ela e quanto ainda tem disponível. Considerou importante dar prioridade às bibliotecas das instituições de ensino superior e que essa publicação seja disponível também em forma de *e-book*. Sugeriu encaminhar 5 exemplares para cada colaborador, para algumas entidades parceiras do Conselho da Mulher e para as entidades do FENPB. Além de disponibilizar versão do livro em PDF do livro no site, a conselheira falou também em disponibilizar arquivo para impressão para os CRPs.

Humberto Verona disse que todos os encaminhamentos da APAF serão adequados à contenção de despesas, portanto, as sugestões de divulgação da pesquisa nos eventos listados, serão feitos sem a presença de representantes do CFP, sem despesas maiores com viagem de conselheiro ou funcionário. A proposta é que o CFP envie o material e solicite às entidades organizadoras que façam a distribuição em suas áreas coletiva de circulação.

O Ponto foi concluído com os encaminhamentos listados:

- Enviar para o e-mail do CFP-15 a apresentação que foi mostrada na APAF;
- Disponibilizar versão pdf do livro no site e para CRPs com arquivo para impressão;
- Enviar 1 exemplar do livro para cada IES e CRPs;
- Dar prioridade para as bibliotecas das IES;
- Fornecer 5 exemplares para cada colaborador;
- Encaminhar exemplares para entidades parceiras do Conselho da Mulher, para entidades do FENPB;
- Avaliar o saldo remanescente para publicar a 1ª e a 2ª fase da pesquisa com recurso da conta divulgação;
- Avaliar propostas de parcerias com editoras;
- Todos os encaminhamentos serão adequados a contenção de despesas.
- **AVALIAÇÃO DAS REDES SOCIAIS E DO SITE.**
- A conselheira Monalisa Barros apresentou um relatório, contendo todos os dados de acessos e seguidores do CFP nas mídias sociais durante o mês de maio de 2013 e julgou tratar-se de um alcance considerável. Disse que a proposta deste ponto é manter o plenário atualizado quanto a essas notícias virtuais.
-

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin of the page.

- A conselheira Marilda Castelar propôs um revezamento entre os conselheiros para dialogarem e responderem sempre que possível aos questionamentos virtuais.
- Foi acatado como encaminhamento:
 - Que as(os) conselheiras(os) busquem responder questões do facebook;

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às dezoito horas e cinquenta e oito minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira ad-hoc Monalisa Barros, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

1. Humberto Cota Verona _____

2. Clara Goldman Ribemboim _____

3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros _____

4. Aluizio Lopes de Brito _____

5. Heloiza H. M. Almeida Massanaro _____

6. Tânia Suely Azevedo brasileiro _____

7. Ana Luiza de Souza Castro _____

8. Marilda Castelar _____

9. Ana Paula Porto Noronha _____

10. Adriana Eiko _____

11. Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo _____

12. Márcia Mansur Saadallah _____

13. Flávia Cristina Silveira Lemos _____

14. Sandra Maria F. de Amorim _____

15. Henrique José Leal Rodrigues _____

16. Roseli Goffman _____

ATA DA 38ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 25 de maio de 2013 – Sábado.

Duração: das 9h40 às 17h13

<ol style="list-style-type: none"> 1. Proposta de evento de lançamento do relatório da Regulação dos Serviços de Saúde Mental no Brasil: Inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar 2. Informe ANS 3. APAF: Residência Multiprofissional 4. Proposta de fortalecimento da participação social nas políticas de proteção e defesa civil. 5. Participações no Congresso de Psicologia escolar e Educacional e no Fórum Internacional de Medicalização. 6. Tabela de Representações 7. Apreciação e aprovação da Resolução que define os valores máximos das anuidades para o exercício de 2014 8. Apreciação e aprovação da resolução que prorroga o prazo para que os conselhos regionais possam negociar os pagamentos das anuidades em atraso com a redução de juros, multa e do principal 9. Proposta de fortalecimento da participação social nas políticas de proteção e defesa civil 10. III Congresso Internacional de Psicologia em Emergências e Desastres e Rede Latinoamericana de Emergências e Desastres 11. Projeto Pluviômetros nas Comunidades 12. Álcool e outras drogas 	<p>DIRETORIA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Humberto Cota Verona - Presidente 2. Clara Goldman - Vice-presidenta 3. Aluizio Brito - Tesoureiro <p>CONSELHEIROS (AS):</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Sandra Maria Francisco de Amorim 5. Monalisa Barros 6. Márcia Mansur Saadallah 7. Ana Paula Porto Noronha 8. Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro 9. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo 10. Henrique José Leal Ferreira Rodrigues 11. Roseli Goffman 12. Marilda Castelar 13. Maria Ermínia Ciliberti 14. Marilene Proença <p>AUSENTES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 15. Deise Maria do Nascimento 16. Tânia Suely Azevedo Brasileiro 17. Celso Francisco Tondin 18. Ângela Caniato 19. Adriana Eiko 20. Ana Luiza de Souza Castro 21. Flávia Cristina Lemos
---	---

Humberto Verona saudou a todos e iniciou os trabalhos pelo ponto que trata da proposta de evento de lançamento do relatório da regulação

do serviço de saúde mental no Brasil, inserção da Psicologia no SUS e na saúde suplementar. Disse que a sugestão é fazer um evento em comemoração ao dia do psicólogo, em São Paulo, em agosto, com duas mesas das 9h às 13h, no auditório da Faculdade de Saúde Pública. Passou a palavra à conselheira Maria Ermínia para que ela apresente a proposta.

PROPOSTA DE EVENTO DE LANÇAMENTO DO RELATÓRIO DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E NA SAÚDE SUPLEMENTAR.

A conselheira iniciou sua fala ressaltando que o CFP, vem ao longo dos tempos, mais precisamente 2006 e 2007, debatendo a questão da saúde suplementar no Brasil. Disse que já na gestão passada, o CFP fez parceria com o Centro de Direitos Sanitários da Faculdade de Saúde Pública – CEPEDISA, para fazer uma publicação, a qual diz que não pode ter no Brasil uma parte do sistema de saúde que é delegado ou complementar ao Estado, não cumprindo a lei 10.216. Então, o plano político, já desde aquela época, é que o CFP tencione o suficiente para poder obrigar os planos a terem um modelo de saúde mental que mesmo privados, cumpram a determinação da lei 10.216. Explicou que o material ficou pronto em 2009, mas foi muito pouco trabalhado e que neste momento existem duas propostas de relançamento. Uma é no Congresso de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS, que acontecerá entre os dias 07 e 10 de julho de 2013. A outra proposta, sugerida pelo Fernando Aith, do Núcleo de Direito Sanitário, é de fazer o lançamento dentro de uma faculdade, indicando a Faculdade de Saúde Pública da USP, em agosto deste ano, por ser o mês do psicólogo. Sugeriu que se fizessem duas mesas, com a presença do presidente do CFP em uma delas. A conselheira disse que a proposta é relançar esse material para a comunidade acadêmica e pediu autorização da diretoria para realização dessa ação e também para solicitar uma audiência pública para debater esse assunto no Ministério da Saúde, durante o CONASEMS e entregar a posição do CFP junto à área técnica de saúde mental. Informou que o material foi encaminhado à diretoria para que esta elabore a carta de apresentação e que a proposta é de imprimir 3.000 cópias.

Humberto Verona disse que é preciso acompanhar a impressão desse relatório para que ele fique pronto em tempo hábil de ser lançado e ser distribuído aos secretários municipais na ocasião do Congresso e também para a Faculdade de Saúde Pública. O presidente garantiu a participação do CFP nessa distribuição, mas na linha de contenção de despesas, disse que o CFP não terá um estande sozinho e proporá dividir com o CFESS ou com outra entidade da psicologia. Em relação à audiência, o presidente avaliou a

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom.

possibilidade de solicitá-la ao Helvécio Magalhães, Secretário da Atenção à Saúde - SAS e solicitar também a presença do assessor para assuntos da ANS do Fausto Pereira. Disse que é preciso avaliar a proposta do evento, a fim de realiza-lo com o menor custo possível, uma vez que não estava previsto no planejamento estratégico.

Como estratégia de distribuição, a conselheira Márcia Mansur propôs colocar o material nas pastas dos Secretários.

Maria Ermínia sugeriu pedir apoio ao CRP 06 para a distribuição do material na Faculdade de Saúde Pública, já que esta fica próxima à sede daquele Conselho. Como forma de reduzir custos, propôs as mesas para o período da manhã.

Para aproveitar essa oportunidade, Marilda Castelar sugeriu incluir os documentos de referência do CAPs para serem divulgados aos gestores no CONASEMS.

Maria Ermínia considerou importante que a Comissão de Saúde pudesse dar a diretriz de divulgação e priorizar as referências do CREPOP, pois em sua opinião não adianta levar material acadêmico.

O plenário concordou com a realização do relançamento desse relatório e Humberto Verona disse que a diretoria se responsabiliza em propor parceria ao CRP 06, solicitando apoio na infraestrutura da organização e que a conselheira Maria Ermínia ajude na concepção do evento, que elabore uma proposta de mesas e convidados e encaminhe para apreciação da diretoria. O presidente ressaltou que a tesouraria deverá fazer um remanejamento orçamentário de outras ações previstas para a saúde, garantindo assim a realização desse evento.

Após o debate o plenário listou os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Relançar a publicação sobre a Regulação dos Serviços de Saúde Mental no Brasil, colocando-o nas pastas dos participantes do evento do Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde - CONASEMS que acontecerá no dia 7 a 10 de julho;
- ✓ Conferir com a Comissão de Saúde e Crepop quais outros materiais devem ser distribuídos aos Secretários;
- ✓ Haverá estande do CFP dividido com outra entidade (CFESS, por exemplo);

Handwritten signature

- ✓ Pedir audiência com o Ministério da Saúde (Dr. Helvécio Magalhães e Fausto Pereira) para apresentar o documento e a posição do CFP;
- ✓ Realizar um seminário em São Paulo em parceria com CEPEDISA e apoio do CRP-06, no mês de agosto, preferencialmente na Escola de Saúde Pública da USP;
- ✓ A conselheira Ermínia enviará minuta de proposta do evento para a diretoria do CFP, construída conjuntamente com o CEPEDISA;
- ✓ Fazer remanejamento de custos de outros eventos da Saúde para este evento.

INFORME: AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE – ANS.

A conselheira Maria Ermínia comentou sobre o problema do psicólogo auditor, o qual já se falou muitas vezes neste plenário, mas que continua tendo um impasse com a ANS a respeito do número de psicoterapias na questão da auditoria. Falou da dificuldade de se discutir esse tema no âmbito da formação, uma vez que não há cursos para a formação de psicólogo auditor. Informou que o SUS conta com este profissional. Maria Ermínia relatou sobre um concurso para especialistas da saúde da ANS, salientando a falta de divulgação pelas entidades sindicais. Informou que são 21 vagas para o Rio de Janeiro e uma para São Paulo, cujo salário é de R\$10.000,00 e que a inscrição foi encerrada dia 10 de maio. Disse que ela própria fez contato com a Fernanda Magano presidente da FENAPSI e com o Rogério Giannini, presidente do Sindi-Psi de São Paulo, solicitando empenho das entidades sindicais na divulgação desse concurso. Essa solicitação também foi enviada por meio de um documento oficial, após autorização da diretoria, porém não houve nenhuma divulgação, o que causou muita estranheza à conselheira. Diante disso, a conselheira apresenta claramente um pedido de ajuda à Diretoria. Disse que há um esforço para que todas as entidades da psicologia, o FENPB, se envolvam nessa questão, pois a estratégia é colocar psicólogos dentro da ANS, na produção de políticas públicas. Em sua opinião, a diretoria deve avaliar se deve promover uma conversa com o FENPB.

A conselheira Roseli Goffman esclareceu que não se trata de um concurso específico para psicólogo, é um concurso genérico para qualquer profissional. Disse que o Ato Médico existe na ANS, qualquer demanda dentro da saúde suplementar precisa ser encaminhada pelo médico. Falou sobre o rol de procedimentos da ANS, que trata de questões referentes aos planos de saúde; criação, eliminação, novos serviços, números de consultas, e que este é obrigatoriamente refeito a cada dois anos pela própria ANS. Informou que há uma semana da entrega do rol foram convocadas todas as entidades do

FENPB, mas não houve nenhuma resposta. A conselheira apresentou o questionamento do que fazer diante da saúde suplementar. Mais grave que a falta de divulgação do concurso, considerou o problema relacionado ao plano do INSS, que paga R\$12,00 para o psicólogo fazer atendimento domiciliar a pacientes idosos. Ressaltou que a grande maioria dos psicólogos brasileiros ganha até cinco salários mínimos, é sabido que o Conselho Federal de Psicologia não é um sindicato e não tem esse procedimento dentro da sua pauta, mas considerou necessário acionar imediatamente a Fenapsi para providenciar a tabela de honorários, pois todos os procedimentos da ANS se baseiam em uma tabela feita com base em um documento da Associação de Medicina Brasileira. Disse que o único indicador que o CFP tem é um honorário de R\$150,00 a hora de trabalho, estabelecido pela Fenapsi e que há muitos questionamentos sobre a prática de pagamento de honorários aos psicólogos em planos de saúde. Em sua opinião, este plenário não pode chegar ao fim do mandato sem dar uma resposta à categoria. Ponderou sobre a necessidade de criar um grupo de trabalho com representantes de todos os conselhos da saúde para atuação em bloco dentro da ANS. Informou que a comissão de saúde do CFP, juntamente com a equipe técnica, elaborou uma nota solicitando ampliação do rol de procedimento da ANS a propósito da cirurgia bariátrica, a qual não existe no rol e é uma atribuição do psicólogo. Disse que na ocasião da reunião que tratou do rol vários conselhos solicitaram que o CFP liderasse um processo de reversão do ato médico dentro da ANS. Roseli Goffman pediu autorização deste plenário para que os conselheiros responsáveis pela saúde possam dar continuidade a essa ação. Disse que é interessante ter a dimensão de quantos psicólogos brasileiros trabalham na saúde suplementar e quantos trabalham nos planos de saúde.

A conselheira Clara Goldman comentou que estava presente na reunião do FENPB, quando o presidente do CFP reiterou a solicitação de que as entidades se posicionassem em relação ao rol de procedimentos. Opinou dizendo que é preciso esclarecer que o CFP empreendeu esse esforço, mas com o entendimento de que se fizer qualquer gestão junto à ANS, sem a participação de outras entidades, poderia transparecer uma ação unilateral. Na ausência de um posicionamento das entidades, considerou que o FENPB precisa ser informado de que o prazo se esgotou e não foram apresentadas sugestões. Ressaltou que o processo não pode parar e que precisa avançar. Defendeu a proposta de o CFP liderar esse processo e sugeriu que ele faça o compromisso de convocar a Fenapsi para juntos trabalhar a questão do rol de procedimentos, pois a nota produzida pelo CFP não garante toda a diversidade da psicologia brasileira. Comentou que a maior parte dos psicólogos brasileiros está na saúde suplementar e que esse campo não pode ser negligenciado.

Maria Ermínia ressaltou que desde 2007, a psicologia vem falando em fazer o rol e que não existe procedimento para o psicólogo no

5

Programa de Saúde da Família – PSF e para que a Fenapsi possa fazer a tabela de honorários é preciso desse rol. Explicou ainda que para fazer esse rol é preciso do aval científico do FENPB, é preciso pareceres técnicos sobre a atuação do psicólogo naquela determinada área e comprovar a necessidade científica daquele procedimento. Registrou que daqui a dois anos haverá nova discussão do rol de procedimentos e que a psicologia será novamente chamada. Informou ainda que a nota produzida pela comissão de saúde do CFP foi entregue a ANS e pediu que a disponibilizasse na lista do CFP XV. Sugeriu ainda que ela seja enviada ao FENPB.

Humberto Verona colocou que essa é uma questão antiga, que vem se arrastando há muitos anos, e que já foi falado aqui neste plenário que a ANS buscava do CFP uma discussão a respeito do rol de procedimento, incluindo o conceito de psicoterapia. Por várias razões essa discussão não aconteceu, lamentou o presidente. Explicou que o CFP levou para o FENPB as duas demandas, uma em relação ao rol de procedimentos e a outra referente a tabela de honorários, avaliando ser importante a participação das entidades da psicologia na elaboração de propostas. Falou também da omissão das entidades do FENPB, exceto da ABRAP, a qual se mobilizou para tentar apresentar alguma coisa no campo da psicoterapia. Disse que várias entidades do FENPB não concordam com rol de procedimento, dizendo que esta é uma lógica médica, sendo que a psicologia trabalha com a lógica de processos. Há também algumas entidades que representam áreas de atuação do psicólogo que não estão na saúde e que não se interessavam em opinar sobre o rol de procedimentos da ANS. Humberto disse ser necessário uma reflexão, por parte da diretoria, a respeito do papel das entidades do FENPB, considerando que não se trata apenas de um espaço de movimento e de ação política, mas também um lugar de produção de conhecimento em algum nível. Em sua opinião é necessário que o CFP aprofunde, amplie e acompanhe a questão da psicoterapia. Quanto à questão do concurso, disse que é preciso solicitar informações à Fenapsi a respeito do que foi feito em relação à divulgação. Falou também que já foi solicitado à Fenapsi providências para contratação de uma empresa para fazer a tabela de honorários.

A conselheira Roseli Goffman sugeriu convocar uma reunião com todas as entidades da saúde para debater as questões da ANS. Explicou que rol de procedimentos são todos os procedimentos de todas as categorias profissionais e que no que se refere à psicologia há 3 pontos que são a psicoterapia, que não é exclusiva do psicólogo, a consulta psicológica, incluindo as avaliações psicológicas e a terceira, que é a consulta encaminhada para cirurgia bariátrica. Então, é preciso consolidar a necessidade da indicação de psicoterapia, consulta psicológica e consulta para cirurgia bariátrica e estabelecer as parcerias com as categorias demandantes e definir preço. Definiu que procedimentos é uma forma técnica de sistematizar a

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Flora', 'M', '6', and 'SMF']

cobrança de valores. Disse que os procedimentos da psicologia não são mapeados pelo mundo da técnica, mas eles precisam ser validados por pesquisas científicas e que nesse ponto o relatório elaborado pela comissão do CFP está muito bom, podendo servir como um bom mapa inicial para as entidades.

Como forma de avançar nas negociações da ANS, Maria Ermínia salientou que o FENPB precisa ser propositivo na atribuição de cada entidade e que cada uma delas precisa contribuir para o próximo processo de rol de procedimentos. Disse que há indicativo de grandes mudanças para 2016, para as quais existe um grande embate com o Ministro da Saúde em relação a questão da privatização e do peso que ele está dando para a saúde suplementar. Disse que além da tabela de honorários, a Fenapsi tinha também a tarefa política de fazer acontecer uma discussão com o coletivo sindical sobre a atuação do psicólogo nos planos de saúde. Considerou necessário avaliar se será possível fazer esse debate ou se o retira do planejamento estratégico.

Antes de entregar o documento para o FENPB, o conselheiro Henrique julgou importante tentar definir primeiramente para a própria psicologia o que significa cada procedimento desses; consulta psicológica, bariátrica e psicoterapia. Ponderou ser necessário essa discussão para se avançar.

Segundo informações da conselheira Maria Ermínia a Medicina, Odontologia e Enfermagem tem cadeira cativa na ANS, as outras profissões da saúde participam apenas como ouvinte e tentam se articular para garantir uma participação mais ampla nos fóruns deliberativos. Sugeriu convidar essas profissões para organizar um Fórum para debater as ações dentro da saúde suplementar. Sugeriu ainda que a conselheira Roseli faça contato com a Cris Biz, membro do Conselho de Fonoaudiologia e pessoa indicada pelo FENTAS para representar o CNS na ANS.

Heloiza Massanaro informou que neste ano, não se discutiu o rol de procedimentos no Conselhinho.

Humberto Verona sugeriu convidar também os presidentes dos conselhos profissionais da saúde para essa articulação.

Após longa discussão o plenário acordou os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Perguntar para a FENAPSI o que foi feito em relação a divulgação do concurso solicitada pelo CFP;
- ✓ Solicitar às entidades científicas do FENPB contribuições para o debate futuro sobre o rol de procedimentos da ANS;

- ✓ Consultar a Fenapsi sobre a articulação com o movimento sindical para inserção do cuidado em saúde mental nos planos de saúde;
- ✓ Divulgar na lista do CFP-15 o documento feito pelo CFP sobre o rol de procedimentos da ANS;
- ✓ Convidar as profissões da saúde para o fórum de discussão sobre as ações dentro da saúde suplementar;
- ✓ Que a conselheira Roseli entre em contato com a Cristina Biz (Conselho de Fonoaudiologia) que representa o CNS na ANS;
- ✓ Enviar ofício aos presidentes dos Conselhos da área da saúde convidando para essa articulação.

APAF: RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL.

Humberto Verona informou que foi aprovada na APAF a resolução que cria a especialidade em Psicologia em Saúde para os egressos de residência e que este plenário também precisa aprovar essa Resolução.

O conselheiro Aluizio Brito disse que é preciso criar um anexo, para a resolução, contendo a descrição detalhada do perfil dessa nova especialidade, ressaltando que este anexo não precisava ser aprovado na APAF, porque se trata de regulamentação da resolução. Para isso, sugeriu a criação de um grupo que possa trabalhar na caracterização desse perfil.

Além do perfil, Monalisa Barros falou em aproveitar da resolução 15 ou 16 de 2007, que descreve o que são os cursos de residência, porque há cursos que tem modalidades de residência, os quais em alguns lugares são chamados de aprimoramento e em outros de aperfeiçoamento, mas que tem o mesmo modelo de residência.

Maria Ermínia fez críticas. Disse que há outras especialidades que não são residências. Que a residência tem uma norma diferente da especialização e falou nas pessoas que tem especialidades em saúde coletiva, saúde pública, mas não na modalidade residência e que não são reconhecidas.

Humberto, porém, ressaltou que esta questão já foi discutida neste plenário e aprovada na APAF, assim o único modo de obter o reconhecimento de especialista é por meio da residência multiprofissional. O presidente leu a resolução aprovada pela APAF.

Aluizio Brito ponderou sobre a necessidade de verificar o texto da resolução anterior, a qual reconhece os cursos, os alunos egressos, mas não havia ainda a especialidade. Já a resolução atual cria a especialidade, mas com característica que esteja de acordo com a Resolução do MEC sobre

residência multiprofissional. Falou que esta resolução foi criada ancorada na Resolução do título de especialista, alterando apenas o artigo 3º. Com isso, pode-se estar criando uma ambiguidade em relação ao artigo 5º, dando espaço para que o CFP seja questionado e com possibilidade de um embate jurídico, podendo até levar a revogar a resolução anterior. Leu o artigo 5º e chamou atenção para esta questão. Disse ainda que todas as residências, inclusive a de Psicologia, tem que se adequar a Resolução do MEC.

O presidente apresentou a defesa dizendo que o artigo 2º tira essa nova especialidade do conjunto de regras dispostas na resolução. A nova especialidade criada e aprovada tem a característica de ser restrita apenas aos psicólogos que fizeram curso de especialização nas modalidades de residência multiprofissional e residência em psicologia, o que a torna diferente de todas as outras especialidades.

Antes que apareça algum problema, Marilda Castelar sugeriu incluir uma cláusula nesta resolução, um artigo ou um parágrafo que explique que essa especialidade não se aplica ao artigo 5º. Que suspenda tal resolução e que ela seja apresentada na APAF de dezembro deste ano. Já a conselheira Monalisa Barros considerou que é mais fácil de resolver colocando a palavra exclusivamente.

O plenário debateu longamente a questão e ao final houve o consenso de votar a resolução conforme aprovada na APAF. O presidente colocou em votação e a Minuta de Resolução da Residência Multiprofissional (aprovada na APAF) foi aprovada no Plenário do CFP com uma abstenção.

Foi acordado também o seguinte encaminhamento:

✓ Delegar aos conselheiros do Título de Especialista análise das resoluções 13, 15 e 16/2007 do CFP, apresentar um parecer ao Plenário do CFP comparando com a Resolução do MEC e apresentar na próxima plenária.

PARTICIPAÇÕES NO CONGRESSO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL E NO FÓRUM INTERNACIONAL DE MEDICALIZAÇÃO.

Humberto Verona apresentou o ponto informando que o conselheiro Celso Tondin disponibilizou na lista do CFP XV, a proposta de participação no Congresso de Psicologia Escolar e Educacional – CONPE, que acontecerá entre os dias 14 a 17 de agosto de 2013, em Uberlândia – MG. A proposta é ter uma mesa com dois temas; sendo uma com as referências técnicas, produzidas pelo CREPOP, para atuação do psicólogo na atenção básica e outra para discutir o PL 3688/2000.

Clara Goldman considerou fundamental fazer a divulgação da pesquisa conveniada com o MEC, uma vez que ela tem caráter nacional e aborda a questão da violência nas escolas, bem como é fundamental promover um debate sobre a participação do campo da educação na política pública. Sugeriu fazer também uma mesa como o tema Diálogos da Autarquia com o campo da educação.

Monalisa Barros explicou que a diretoria recebeu a orientação de que apenas o Ministro da Educação pode falar publicamente sobre essa pesquisa.

Ermínia Ciliberti falou na possibilidade de uma mesa mostrando o que a Autarquia está fazendo e que existe uma interface dos psicólogos que estão na educação, na saúde e na assistência.

A conselheira Marilene Proença informou que participou do 2º Seminário de Políticas Públicas de Educação e Saúde, em Rondônia e refletiu sobre a composição da mesa, considerando contemplar pessoas do CFP, ABRAPEE, ABEP e FENAPSI. Disse que o CFESS acabou de lançar um documento semelhante ao do CFP, sobre as referências para atuação do Serviço Social na Educação, por isso julgou interessante convidá-lo para esse debate. Disse que dentro da programação do evento há dois Fóruns de debates, um sobre medicalização e outro sobre as referências e sugeriu convidar psicólogos que atuam nos diversos Estados para participar.

O presidente disse que a proposta, então, é que a conselheira Marilene Proença e o conselheiro Celso Tondin sejam os responsáveis pelas propostas das mesas (nomes, temas, etc). A diretoria fará os convites oficiais às entidades e a ASCOM fará a divulgação no site do CFP.

A conselheira Márcia Mansur falou de o CFP levar para o FENPB a proposta de que em cada Conferência seja identificada uma prioridade, inclusive política. Disse que o CFP junto com as entidades do campo da educação está organizando um documento básico para a Conferência Nacional da Educação - CONAE. Informou ainda, que o CFP propôs ao FENPB um maior envolvimento das entidades nos posicionamentos técnico-profissionais e políticos nas Conferências.

Humberto Verona ressaltou a necessidade de planejar essa publicação e comunicou que o CFP foi convidado, pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, para participar do Congresso Internacional de Psicologia Escolar, na cidade do Porto em Portugal. Considerando a contenção de gastos sugeriu participar com a publicação do CREPOP. Disse que o CFP não foi convidado a falar, porém como a conselheira Marilene estará em Portugal, refletiu na possibilidade de pleitear junto a Ordem dos Psicólogos Portugueses uma fala

para ela. Indicou o nome dela para representar o CFP nesse evento. Considerando a redução de gastos, o plenário discutiu e acordou a quantidade de 50 publicações para serem distribuídas em Portugal.

Marilene Proença falou em fazer a apresentação da publicação em um *power point* traduzida para o inglês, pois a entidade organizadora do Congresso é americana, a qual congrega grande parte de seus psicólogos. Considerou essa ocasião um espaço importante para divulgar essa publicação internacionalmente.

Maria Ermínia disse que o CFP precisa pautar a questão das crianças excluídas da escola (de rua, indígenas, de Pinheirinho). Sugeriu a elaboração de um texto ou uma moção para ser lido no Congresso da ABRAPEE, se tiver espaço e que este tema oriente o documento do CFP para a CONAE. Sandra Amorim propôs que a nota não aborde apenas a questão das crianças, mas também o problema dos adolescentes (14 a 17 anos) autores de atos infracionais, que teriam o direito de estar na escola pela nova legislação, mas que as escolas se recusam a receber.

Roseli Goffman também ponderou sobre a necessidade de debater a universalização da educação, que é um tema recente e falar dos dois tipos de exclusão; a exclusão simbólica e a exclusão geral do processo de universalização.

Foi sugerido o nome da conselheira Sandra Amorim para elaborar esse texto/moção e circular no e-group do CFP, bem como seja apresentado no CONPE e no Congresso em Portugal.

Em relação às publicações Aluizio Brito informou que elas são custeadas pelo CREPOP, que está no orçamento da conta divulgação.

Clara Goldman propôs que as definições para as publicações dos documentos do Crepop contemplem a avaliação estratégica dos congressos profissionais das áreas e das conferências nacionais e que o CFP faça um cronograma de publicações tendo esse plano estratégico como referência até o final do ano.

Além do documento da educação básica, a conselheira Heloiza Massanaro julgou fundamental abordar também os de medidas socioeducativas e álcool e outras drogas fortalecendo assim as políticas públicas.

Quanto ao Fórum Internacional de Medicalização, em São Paulo, Humberto Verona relatou que a diretoria fez uma discussão e considerou um evento importante, mas que nesse momento não está dentro da política prioritária do CFP. Disse que as conselheiras Clara Goldman, Marilene

Proença, Flávia Lemos e Roseli Goffman irão participar por conta própria e consultou se alguma delas poderia representar o Conselho na mesa de abertura.

Foi decidido que a conselheira Clara Goldman, na posição de vice presidenta, caso ela participe do evento, será a representante do CFP na mesa de abertura. Se ela não confirmar presença consultar as outras conselheiras citadas.

O ponto foi concluído com os encaminhamentos listados:

- ✓ Participação no CONPE: Uma mesa com 3 temas e 3 participantes um sobre as referências técnicas para Atuação das Psicólogas na Educação Básica produzida pelo Crepop, outra sobre o substitutivo do PL 3688/2000 e o terceiro tema sobre o projeto de pesquisa sobre a violência nas escolas (Ângela Soligo);
- ✓ Nesses três temas, contemplar pessoas do CFP, da ABRAPEE e ABEP;
- ✓ A conselheira Marilene Proença e o conselheiro Celso Tondin devem fazer uma proposta para a mesa com base nesses temas;
- ✓ Divulgar a participação do CFP no CONPE;
- ✓ Elaborar uma moção / nota sobre as crianças e adolescentes excluídas da escola (exclusão simbólica e exclusão material) e que esse tema oriente o documento da Psicologia para a CONAE (Sandra escreverá minuta para circular no e-group);
- ✓ O documento da educação básica do Crepop será levado para CONAE, CONPE e evento internacional em Portugal;
- ✓ Que as definições de publicações dos documentos do CREPOP contemplem avaliação estratégica dos congressos profissionais da área e das conferências nacionais;
- ✓ Pleitear junto a Ordem dos Psicólogos Portugueses uma fala para apresentação do relatório Atuação das Psicólogas na Educação Básica do CREPOP;
- ✓ A conselheira Marilene Proença será a representante do CFP nessa fala;
- ✓ Levar cerca de 50 cadernos para distribuir no Congresso;
- ✓ Quanto ao III Seminário Internacional a Educação Medicalizada, verificar se a conselheira Clara irá participar do evento para

representar o CFP na mesa de abertura. Se a conselheira Clara não for, verificar se a conselheira Roseli ou a conselheira Marilene (que estarão no evento) representam o CFP na mesa de abertura.

AVALIAÇÃO DE CURSOS

Monalisa Barros pede a palavra para se retratar publicamente com a plenária, informando que cometeu um erro. Achou que havia ficado sob sua responsabilidade fazer os critérios para o CNS, mas após verificar nos encaminhamentos da plenária, percebeu que esta demanda era do grupo de formação. Disse já ter feito duas proposta e que iria entregar para o grupo analisar e aproveitar se achar pertinente.

O ponto foi encerrado com o seguinte encaminhamento de que o grupo de formação traga para a próxima plenária os critérios. Já existem dois documentos que podem ser aproveitados: os critérios para avaliação de cursos do MEC e os critérios para avaliação de cursos do CNS.

TABELA DE REPRESENTAÇÕES

O presidente Humberto apresenta a tabela de representações e após discussão para confirmar as representações, o plenário encaminhou o seguinte:

✓ Encaminhar para a Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida o pedido de troca de titular por suplente e vice-versa, conforme quadro anexo;

✓ Todas as representações em destaque amarelo devem ser conferidas se: estão funcionando, quem está representando, se está havendo reuniões, entre outros;

✓ Avaliar se as representações podem ser em duplas para que não haja ausências;

✓ Encaminhar PL das agências reguladoras para a conselheira Ermínia;

✓ Quanto ao GT Psicologia e Diversidade Sexual, deixar claro que não é uma representação, é para construção de material de subsídio. Solicitar ao conselheiro Celso que convide a conselheira Ermínia para o diálogo com o MS;

✓ Quanto ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação – FNDC, verificar mais um conselheiro para acompanhar o Fórum junto com a conselheira Roseli. Pautar o assunto para a plenária de junho/13;

✓ Quanto a Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito - CTSMA/DENATRAN, enviar para o CFP-15 o relato do que aconteceu;

✓ 14.8 Quanto ao Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP/Ministério da Justiça, verificar quem está como suplente: a Adriana Eiko ou a Andrea Nascimento;

✓ Quanto ao Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária/Ministério de Relações Exteriores, as conselheiras Maria Ermínia e Clara vão trazer para a próxima plenária.

APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO QUE DEFINE OS VALORES MÁXIMOS DAS ANUIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O conselheiro Aluizio Brito apresenta o ponto informando que conforme Legislação vigente: "*Os parâmetros das anuidades, das taxas, das multas e emolumentos serão fixadas anualmente pela APAF*". Considerando que a APAF realizada neste mês de maio definiu os valores das anuidades para o exercício de 2014, apresentou para aprovação do Plenário do CFP a Resolução que define os valores máximos das anuidades a serem cobradas no referido exercício.

A resolução foi aprovada por unanimidade.

APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO QUE PRORROGA O PRAZO PARA QUE OS CONSELHOS REGIONAIS POSSAM NEGOCIAR OS PAGAMENTOS DAS ANUIDADES EM ATRASO COM A REDUÇÃO DE JUROS, MULTA E DO PRINCIPAL.

O conselheiro Aluizio informou que foi apresentado na Reunião de Tesoureiros a possibilidade do CFP prorrogar o prazo para que os Conselhos Regionais possam negociar os pagamentos das anuidades anteriores a 2012 com redução de juros, multa e principal até o dia 31 de dezembro de 2013. Essa proposta foi apreciada e aprovada na APAF realizada neste mês de maio de 2013.

A proposta foi aprovada por unanimidade pelo plenário do CFP.

PROPOSTA DE FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

A conselheira Clara Goldman dá um informe em linhas gerais sobre a Conferência de Defesa Civil.

Falou que o CFP: participou da comissão organizadora da Conferência e construiu um documento básico para a psicologia; apoiou a criação do Monades – Movimento Nacional de Afetados por Desastres;

14

organizou a política unificada de emergências e desastres, então acontecerão seminários regionais em todos os Estados com a culminância do seminário nacional que foi em novembro de 2011; articulou a rede latino-americana e continuou o processo de articulação; foi ao Peru e a Cuba apresentar a experiência da autarquia; e apoiou também a criação da ABRAPEDE que aconteceu no seminário nacional em 2011.

O CFP fez também a interlocução com a rede latino americana para a AbrapedE se constituir nacionalmente, visto que hoje participa do FENPB.

A conselheira Clara falou da ampla mobilização que o CFP fez com relação aos afetados por desastres, o que resultou em várias gestões com os Ministérios. Lembrou que outra ação do CFP foi apoiar na pesquisa das publicações I e II sobre sociologia dos desastres. Publicações estas que já estão disponíveis no site do CFP.

A conselheira informou também que não está mais a frente deste tema e que a partir deste momento a conselheira Ermínia estaria assumindo esta frente.

A conselheira Ermínia lembrou que com relação a defesa civil existe a necessidade de democratizar a política brasileira do Estado, disse que ainda é militarizada.

A conselheira apresentou as iniciativas de articulação nacional para o Controle Social de Proteção e Defesa Civil e o conjunto de atividades previstas com a colaboração do CFP. Entre elas estão: um seminário e uma reunião ampliada; uma audiência pública sobre a Lei da Política Nacional de Defesa Civil (Lei 12.608/12); uma Conferência Livre de Meio Ambiente: Psicologia e Resíduos Sólidos.

Após explanação da conselheira Ermínia, foram aprovados pelo plenário os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Fazer 3 atividades no início de agosto, via transmissão online, no Interlegis do Congresso Nacional, em 2 dias: uma reunião ampliada, audiência pública sobre a Lei da Política Nacional de Defesa Civil e a Conferência Livre de Meio Ambiente;
- ✓ Fazer informe no Boletim Eletrônico fazendo referência a existência da ABRAPEDE;
- ✓ Que na Revista Diálogo do Meio Ambiente o CFP divulgue a filiação na entidade.

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES E REDE LATINOAMERICANA DE EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Após breve discussão, o plenário decidiu propor a rede latino-americana de Emergências e Desastres a realização do congresso da Rede em 2014.

Encaminharam também que após reunião levarão para a próxima plenária os eixos.

PROJETO PLUVIÔMETROS NAS COMUNIDADES

A conselheira Ermínia explicou para o plenário o que é e como funciona o pluviômetro.

Foram apresentados os encaminhamentos relativos às discussões sobre o Projeto Pluviômetros nas Comunidades e a definição de papéis de atuação da psicologia.

O plenário do CFP finalizou o ponto definindo os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Continuar em diálogo com o MCTI para saber se o projeto da oficina do MCTI irá se concretizar;
- ✓ Na próxima plenária a Conselheira Ermínia dará informe sobre o evento de agosto;
- ✓ O ponto Projeto Pluviômetros nas Comunidades será permanente nas próximas plenárias.

ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

O conselheiro Humberto Verona dá um breve informe, lembrando que o CFP tem um grupo Ad hoc que está acompanhando a política e informou que solicitou uma reunião com esse grupo para fazer uma avaliação do PL do Osmar Terra e combinar algumas estratégias de como o CFP deve se posicionar. Disse que, logo tenham um resultado desta reunião, será divulgado na plenária XV.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às XXXX. Nada mais havendo a tratar, eu, Monalisa Nascimento dos Santos Barros, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Handwritten signature at the bottom center.

1. Humberto Cota Verona _____
2. Clara Goldman Ribemboim _____
3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros _____
4. Aluizio Lopes de Brito _____
5. Heloiza H. M. Almeida Massanaro _____
6. Marilda Castelar _____
7. Ana Paula Porto Noronha _____
8. Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo _____
9. Márcia Mansur Saadallah _____
10. Marilene Proença Rebello de Souza _____
11. Sandra Maria F. de Amorim _____
12. Henrique José Leal Rodrigues _____
13. Roseli Goffman _____

Angela Cássia M.
de Fátima Justina